

1 1ª Reunião da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE FLEXIBILIZAÇÃO, nomeada
2 pela RESOLUÇÃO CAD 003/2013.
3
4

5 Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e treze, às nove horas e
6 trinta minutos, no Decanato de Gestão de Pessoas, teve início a 1ª Reunião
7 da COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE FLEXIBILIZAÇÃO, nomeada pela
8 RESOLUÇÃO CAD 003/2013. Membros: Professora Gardênia da Silva
9 Abbad (DGP) presidente – PRESENTE, Professora Diana Lúcia Moura
10 Pinho (FCE) membro – PRESENTE, Maria do Socorro Marzola (Repres.
11 Téc. Adm.) membro – PRESENTE, Renato Rabelo (Repres. Discente)
12 membro – PRESENTE. A professora Gardênia informou à Comissão que
13 uma das determinações da CGU é a exposição, em lugar visível, na entrada
14 do departamento, do quadro dos servidores que estão com a carga horária
15 de trabalho flexibilizada. Para a CGU, o objeto da flexibilização é a atividade
16 desempenhada, e não o servidor, e quem deveria assinar e autorizar essa
17 flexibilização seria o reitor. Há questões a serem corrigidas na resolução de
18 flexibilização: definir quem de fato tem competência para autorizar;
19 especificar quais os critérios a serem cumpridos; informar que nem todos
20 podem flexibilizar. A circular de 05/06/2012 é extremamente problemática,
21 pois nela está estipulado que todos os funcionários, inclusive os
22 terceirizados, poderiam flexibilizar. Este documento foi tornado sem efeito
23 assim que a nova gestão tomou posse. A decana continuou repassando os
24 seguintes informes: foi prorrogado o prazo para o envio das solicitações de
25 flexibilização; há ainda 43 processos a serem analisados; foram
26 elaborados três documentos nos quais está explicitada a situação dos
27 novos *campi* (FUP tem um RAT de 50x1, quando o ideal é 15x1, FCE terá
28 em 2014 uma RAT de 40x1); foi demonstrado ao MEC que os SICAP's não
29 poderiam ser demitidos, sob pena de a UnB fechar as portas; foi enviado
30 ao MEC um ofício solicitando a abertura de novas vagas para o quadro de
31 servidores; existem mais de 1.300 SICAP's na universidade; o RAT do
32 *Campus* Darcy Ribeiro é atualmente da ordem de 27x1; o percentual de
33 servidores do quadro de trabalhadores da UnB corresponde a apenas 38%;
34 o MPT e a UnB têm um acordo de ajuste no termo de conduta; foram
35 incluídas na folha de pagamento 175 pessoas só no ano passado; esta
36 nova gestão conseguiu a liberação pelo MEC de 210 vagas, com cadastro
37 reserva; foi criada na CGU uma coordenadoria de educação para
38 acompanhar e auditar as universidades públicas federais; desde o ano
39 passado a CGU se encontra dentro da universidade, fiscalizando seu
40 funcionamento; a Sesu/MEC solicitou à CGU que verificasse se todos os
41 processos de flexibilização aprovados estavam de acordo com a lei e com a
42 resolução; há um documento do MPOG que pede uma lista dos servidores
43 que trabalham em horário flexibilizado, mas o DGP ainda não encaminhou;
44 algumas áreas, como contabilidade e pagamento, do DGP, estão
45 trabalhando em horário flexibilizado, no entanto elas não observam a
46 exigência de atendimento ao público, considerando que são setores que
47 trabalham com dados sigilosos; há institutos e faculdades que estão
48 flexibilizando sem aprovação da comissão; a nossa resolução é ilegal, pois
49 tem vários pontos inconsistentes; a UFPB estipulou em sua resolução de
50 flexibilização os critérios para tal; já foi instaurada sindicância para apurar a

51 regularidade do procedimento de compra do ponto eletrônico; foram gastos
52 mais de 400 mil reais com a equipe envolvida com o ponto eletrônico; está
53 prevista para os próximos meses a implantação do ponto web; os agentes
54 de relacionamento serão treinados para trabalhar com o ponto web;
55 verificou-se que não há sistema de segurança para os equipamentos a
56 serem instalados em determinadas unidades, como o prédio do ICC; na
57 segunda-feira, 15/04/2013, a CGU apresentou uma prévia do relatório final
58 da auditoria; na terça-feira, 16/04/2013, a CGU entregará a versão final;
59 todo o processo de flexibilização está ilegal, inclusive a experiência que se
60 vem desenrolando, que não foi aprovada nem autorizada pelo dirigente
61 máximo da UnB; deve ser estabelecida uma política de treinamento dentro
62 do horário de trabalho; pretende-se promover um alinhamento da pós-
63 graduação às linhas de interesse da instituição. Fala da Professora *Diana*: a
64 necessidade de flexibilizar o horário de funcionamento é da instituição, diz
65 respeito à especificidade do serviço, e não ao servidor; as especificidades
66 devem ser analisadas individualmente; uma forma de compensação desses
67 horários seria com a capacitação do servidor. Fala da servidora Socorro: os
68 vários cargos que vagaram em razão de aposentadoria não puderam ser
69 supridos; a chefia que atesta a frequência do servidor quando ele na
70 verdade faltou é conivente com o ilícito, sendo passível de punição; a UFSC
71 esclareceu a comunidade universitária quanto à diferença entre **reduzir** e
72 **flexibilizar** a carga horária de trabalho promoveu inclusive enquetes para
73 conhecer o pensamento de sua comunidade sobre o assunto; é imperiosa
74 uma reavaliação da resolução, tópico a tópico, com o intuito de definir o que
75 é a flexibilização, quais unidades possuem as características que as habilita
76 para tal ação, quais os critérios a serem utilizados na avaliação das
77 solicitações, além de estudar a questão da compensação de horário; é
78 preciso explicar para o servidor que flexibilização não é redução de carga
79 horária de trabalho. Ficou acordado que na próxima reunião será feita a
80 leitura da resolução e coletadas sugestões de modificação para o
81 documento. A presidente da Comissão de Avaliação encaminhará o
82 relatório produzido à CGU. Nada mais havendo a tratar, às onze horas a
83 reunião foi encerrada, da qual eu, **Fabiana Nascimento**, lavrei a presente
84 Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão.